

LEILA PINHEIRO BELLINTANI

**"AÇÃO AFIRMATIVA"
E OS PRINCÍPIOS DO DIREITO"**

**A Questão das Quotas Raciais para
Ingresso no Ensino Superior no Brasil**

EDITORA LUMEN JURIS
Rio de Janeiro
2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 342.724
B444a**

Código de barras: STJ00064763

Sumário

Apresentação	xv
Prefácio em prol da igualdade real	xvii
Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 - Princípio da Igualdade	7
2.1. Aspectos Gerais	7
2.2. Evolução Histórica	9
2.3. Concepção atual	15
2.4. As Diversas Faces do Princípio da Igualdade	19
2.4.1. Introdução	19
2.4.2. Igualdade Formal	20
2.4.3. Igualdade Material	24
2.4.4. Igualdade de Oportunidades e Igualdade de Resultado	26
2.4.5. Conflito ou Complementaridade das Acepções?	28
2.5. A Valoração como Elemento Essencial do Princípio da Igualdade	30
2.6. As Dimensões do Princípio da Igualdade	34
2.6.1. Introdução	34
2.6.2. Proibição do Arbítrio	35
2.6.3. Vedação às Discriminações	37
2.6.4. Obrigatoriedade de diferenciação	38
Capítulo 3 - Ação Afirmativa	41
3.1. Aspectos Gerais	41
3.2. Histórico	44
3.3. Conceito	46
3.4. Ação Afirmativa e Discriminação Positiva. O Gênero e a Espécie	52
3.5. Objetivos	55
3.6. Igualdade de Oportunidades ou de Resultados?	57
3.7. Dos Fundamentos das Ações Afirmativas	60
3.8. Modalidades de Ação Afirmativa	67
3.9. As Ações Afirmativas sob a Óptica das Diversas Faces do Princípio da Igualdade	73
3.10. A Constitucionalidade da Ação Afirmativa	78
Capítulo 4 - A Adoção de Ações Afirmativas e os Princípios do Direito	85
4.1. Introdução	85
4.2. Princípio do Mérito	86
4.2.1. Aspectos Gerais	86
4.2.2. Princípio Jurídico?	87



4.2.3.O Mérito nas Constituições	89
4.2.4. Violação ao princípio do mérito em face da adoção de ações afirmativas	93
4.3. Princípio da Diversidade e da Pluralidade	96
4.3.1. Aspectos Gerais	96
4.3.2. Da Necessidade do Multiculturalismo Universitário	99
4.3.3. As Quotas Raciais são o Melhor Critério para Alcançar a Diversidade?	103
4.4. Princípio da Proporcionalidade	105
4.4.1. Aspectos Gerais	105
4.4.2. Conceito	112
4.4.3. Pertinência ou Adequação	115
4.4.4. Necessidade	119
4.4.5. Proporcionalidade stricto sensu	130
Capítulo 5 - Colisão de Princípios	133
5.1. Introdução	133
5.2. Normas Restritivas de Direitos Fundamentais	136
5.3. Os Princípios como Mecanismos de Interpretação	141
5.4. O Conflito de Normas e os Critérios de Solução	144
5.5. Colisão de Direitos Fundamentais e a Ponderação de Interesses	150
5.6. A Aplicação da Ponderação de Interesses no caso das Quotas Raciais	154
5.7. Ponderação Judicial e Ponderação Legislativa. Ofensa à Separação dos Poderes?	162
Capítulo 6 — A Adoção de Quotas na Europa em Função do Gênero	171
6.1. Introdução	171
6.2. Quotas Eleitorais Femininas nos Estados-Membros da União Européia	176
6.3. As Ações Afirmativas e o Tribunal de Justiça da Comunidade Européia	179
6.4. A Tentativa de Adoção de Quotas Femininas na Política em Portugal	184
6.4.1. Aspectos Gerais	184
6.4.2. As Alterações Constitucionais e as Divergências Doutrinárias	186
6.4.3. O Princípio da Igualdade e a Jurisprudência do Tribunal Constitucional	190



Capítulo 7 - A Adoção das Quotas em Função da Raça nos Estados Unidos	197
7.1. Introdução	197
7.2. A Experiência Norte-Americana	199
7.3. O caso <i>Regents of the University of Califórnia v. Bakke</i>	203
7.4. O Caso <i>Barbara Grutter v. Lee Bolinger</i>	209
7.5. Ponderações acerca da Realidade Norte-Americana	213
Capítulo 8 - A Experiência Brasileira	219
8.1. As Medidas e Propostas em Discussão no Brasil	219
8.2. A Constituição Brasileira e seus Dispositivos Acerca da Igualdade	226
8.3. Benesses	231
8.4. Óbices	233
8.5. Ponderações Acerca da Adoção de Quotas Raciais na Realidade Brasileira	241
8.6. Um Contraponto entre a Realidade Brasileira e a Norte-Americana	247
Conclusão	255
Referências Bibliográficas	259
Jurisprudência Consultada	269
Textos diversos	271

